

## 1 - INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar seqüência dos fatos históricos, ligados à sócio-economia agrícola do Estado de São Paulo, que de certa forma influenciaram na tomada de decisão dos formuladores de política econômica, alterando a organização dos serviços prestados pelo Governo para o desenvolvimento do setor agropecuário paulista. Pretende-se, inclusive, mostrar a pujança e a diversidade do setor agropecuário, por regiões, em meados da década de oitenta, como consequência desses fatos.

## 2 - ORIGENS DA AGROPECUÁRIA PAULISTA

O desenvolvimento do setor agropecuário no Estado de São Paulo fundamenta-se na própria História do Brasil. Prado Jr.(3) relata que, em 1808, a conjuntura histórica da época fez com que houvesse uma reorganização no Brasil Colônia, visando atender às dificuldades de integração com o reino de Portugal. Entre outros acontecimentos marcantes, o principal foi a abertura dos Portos. Relata inclusive antecedentes dessa abertura e até que ponto a mineração absorveu as atividades econômicas da colônia influenciando nos rumos do setor agropecuário, apresentando fatos históricos do século XVIII que evidenciam a ascensão das minas e a decadência da agricultura até o ano de 1800.

Conforme Paiva et alii(4), a economia brasileira havia passado, até então, por alguns ciclos como os do pau-brasil, do açúcar, da mineração, do ouro e diamantes, do algodão e da pecuária.

Prado Jr.(5) observa que, a abertura dos Portos não só intensificou o comércio Brasil-Portugal, mas provocou verdadeira revolução na sócio-economia brasileira, com acontecimentos históricos e econômicos que marcariam definitivamente a trajetória e a formação política do País que ora emergia. Entre os fatos marcantes, cita-se dois, intimamente relacionados, que influenciaram na História. Um era o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul (Rio de Janeiro, Minas e São Paulo). O segundo fato é a decadência das lavouras tradicionais do Brasil, como a cana-de-açúcar, algodão e tabaco, e o desenvolvimento paralelo de um gênero, até então, com pequena importância - o café. Conclui que o renascimento agrícola foi iniciado em fins do século XVIII e grandemente impulsionado com a abertura dos Portos e emancipação política do Brasil. De forma que, já na primeira metade do século XIX, o Centro-Sul iria progressivamente tomando a dianteira nas atividades econômicas do País. Em seguida, chega-se a uma inversão completa de posições. O Norte estacionário, se não decadente, o Sul em primeiro lugar em pleno florescimento. A partir daí, as Histórias

(1) Recebido em 24/11/88. Liberado para publicação em 05/02/90.

(2) Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

(3) Prado Jr., Caio. História econômica do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1976. 402p.

(4) Paiva, Ruy M. et alii. Setor agrícola do Brasil: comportamento econômico, problemas e possibilidades. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1973. 456p.

(5) Prado Jr., Caio, op. cit. nota 3.

do Brasil, do Centro-Sul e, particularmente, de São Paulo seriam inteiramente conjuntas.

### 3 \* O DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E A EVOLUÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA BRASILEIRA

A partir de meados do século XVI, Portugal necessitava realizar a ocupação efetiva da Colônia, visto que haviam "aventureiros" querendo se apossar do território. Para incentivar e facilitar a ocupação, o território foi dividido em capitânias hereditárias. Apenas uma minoria delas teve sucesso, que foram as de Martin Afonso de Souza (Capitania de São Vicente), de Francisco Pereira Coutinho (Bahia de Todos os Santos) e a de Duarte Coelho (Pernambuco), a primeira pela exploração do ouro e as outras duas pela produção da cana-de-açúcar. Nesse período, conforme Prado Júnior(6) descreve, a agricultura se colocava não apenas como uma atividade necessária para ocupação do território, mas também, como uma atividade de subsistência para manter as atividades principais de exploração (mineração, açúcar, fumo, etc.).

A exploração da agropecuária no Estado de São Paulo teve, então, fases de expansão e retração de acordo com os ciclos dos produtos ou alterações na economia, intermeada com os períodos das bandeiras e da mineração até o século XIX.

Paiva et alii(7) observa que esse século seria marcante para a economia e o panorama político do País, inclusive para sua emancipação e organização constitucional, despontando um novo produto agropecuário, cujo consumo estava em ascensão na Europa: o café.

Os acontecimentos históricos do século XIX, onde a competição mercantilista era acirrada entre os países da Europa, iriam indicar a trajetória e o aparecimento do Brasil como Nação Livre. A abertura dos Portos, a intensificação do comércio Brasil-Portugal, e a própria instauração da sede da coroa portuguesa no Brasil, entre outros, iriam definir a emergência de um país e influenciar fortemente sua sócio-economia agrária e os aspectos culturais de seu povo.

O café, no século XIX, sem dúvida alguma, foi a mola propulsora na História brasileira e iria manter esse destaque por um longo período.

Prado Jr.(8) mostra a importância do café na balança comercial brasileira e o seu crescente domínio nas atividades agropecuárias. Quando o Brasil estava com disponibilidade de café para exportação, os EUA por estarem com o relacionamento enfraquecido com a Inglaterra, começavam a dar preferência a outros países de dominação não inglesa, tornando-se o cliente preferencial. De forma que, em meados do século XIX, aquele país importava 50% da produção do Brasil. A produção no Brasil e a importação pelos EUA foram crescentes, de forma que a exportação que tinha sido de 8.495 arrobas em 1796 atingira 82.245 arrobas em 1806.

Depois de 1821, a exportação brasileira, em milhares de sacas de 60 quilogramas por década, foi a seguinte:

1821*30	3.178
1831*40	10.430
1841*80	18.367
1851*60	27.339
1861*70	29.103
1871*80	32.509
1881*90	51.631

(6) Prado Jr., Caio, op. cit. nota 3.

(7) Paiva, Ruy M. et alii, op. cit. nota 4.

(8) Prado Jr., Caio, op. cit. nota 3.

O café(9) (do gênero Coffea) originou-se do continente africano e teve sua introdução na América do Sul, passando primeiramente pela Europa e chegando no Brasil em 1727, pelas mãos de Francisco de Mello Palheta, que recebeu do Governador do Pará\*Maranhão a incumbência de chefiar missão oficial a Caiena. Por volta de 1760, algumas mudas foram plantadas no Rio de Janeiro iniciando aí a exploração comercial do produto. Em 1826, a exportação do café brasileiro já representava 20% das exportações mundiais do produto.

O café introduzido no Brasil, com sua expansão no Rio de Janeiro, teve na capital da monarquia e depois do império grande impulso, mas isso seria apenas o começo.

O início do cultivo do café em terras paulistas foi na faixa litorânea: altura de Ubatuba, Caraguatuba e São Sebastião, região contígua a Angra dos Reis e Parati. Esta região foi importante produtora no século passado. No entanto, o "boom" econômico aconteceu no Vale do Rio Paraíba, no seu médio e alto curso, com condições naturais muito propícias, sendo essa região o primeiro grande cenário do café no Brasil e São Paulo.

Nas palavras de Prado Jr. (10): "Até o terceiro quartel do século passado, toda esta área que abrange a bacia do Paraíba e regiões adjacentes será o centro por excelência da produção cafeeira do Brasil. Comercialmente orienta-se para o Rio de Janeiro. Pouco depois da metade do século passado esta região representa o setor mais rico e progressista do País e atinge o auge do seu desenvolvimento e em seguida, o declínio. Igualmente com

outras culturas e explorações: pau\*brasil, cana\*de\*açúcar, mineração, algodão, etc". Isto não aparecerá nos dados em conjunto do País. Pois, outra região viera já substituir aquela tão próspera e agora fadada ao aniquilamento. É o oeste da província de São Paulo, centralizando-se em Campinas e estendendo-se numa faixa daí para o Norte até Ribeirão Preto. Será em Campinas o ponto de onde partirá a expansão cafeeira em direção a Ribeirão Preto. Como estimulador e catalizador da lavoura cafeeira em São Paulo, surgirão então outras condições naturais favoráveis ao cultivo do café. As condições agroclimáticas nessa região seriam excelentes. A orografia dava condições a uma topografia suavemente ondulada, as condições climáticas muito boas e o solo dos melhores do País \* a famosa "terra roxa" (latossolo roxo).

"De modo que no penúltimo decênio do século a região do Rio Mogi\*Guaçu na sua confluência com o Rio Pardo formará o núcleo produtor do melhor e mais abundante café brasileiro \* o café de Ribeirão Preto. Porém a marcha não se deterá, lança-se para o ocidente e avança progressivamente para o Rio Paraná" (11). Sem dúvida, o café ditou a forma sócio\*econômica do Brasil, assim como a da Região Centro\*Sul. Segundo Prado Jr. (12), a balança comercial brasileira a partir do decênio de 1820 iria ser ascendente e com pequenos déficits até 1851\*1860. A partir de então os superávits foram uma constante até 1950. Dessa maneira, os acontecimentos históricos do século XIX, além de possibilitar a ascensão econômica do Brasil, através da exploração agropecuária, incluem mais

---

(9) No Brasil, o mais difundido é o Coffea arabica L. com diversas variedades. No entanto, atualmente a produção do Coffea robusta L. é expressiva em alguns estados, sendo esta espécie utilizada com maior intensidade na fabricação do café solúvel.

(10) Prado Jr., Caio, op. cit. nota 3.

(11) Ibid.

(12) Ibid.

alguns fatos interrelacionados com a cafeicultura que ajudaram a moldar o perfil sócio econômico nacional. Após a abertura dos Portos já houvera grande integração, além do dinamismo cultural e comercial, até a proclamação da Independência. Durante o Império aconteceram fatos que também influenciaram a sócio economia, então nascente. A imigração para o Brasil Colônia era feita predominantemente pelos portugueses por diversos motivos. Os braços para a lavoura cafeeira tinham na escravidão um poderoso fornecedor de mão-de-obra barata, extinta, no entanto, pela Abolição da Escravatura. Daí por diante, a imigração de europeus começa a se intensificar e com a Proclamação da República dos Estados Unidos do Brasil, essa imigração não só tem total endosso do Governo brasileiro, mas organiza serviços de apoio e recrutamento de imigrantes, desde os países de origem até o seu assentamento no Brasil, sempre pensando em atender a necessidade de braços para a lavoura.

#### 4 \* CRIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE APOIO À AGROPECUÁRIA DA SECRETARIA DA AGRICULTURA

A necessidade de organização das instituições públicas visando apoiar a agropecuária dentro desses aspectos conjunturais era cada vez mais notória. Ainda no Império em 1877, segundo Ferri & Motoyama (13), foi promulgada Lei que fundava a primeira Escola de Agronomia no Brasil, em Cruz das Almas, na Bahia e, em seguida, a de Pelotas no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, o Imperador D. Pedro II cria a Escola Agrônômica de Campinas em 27 de

junho de 1887 e seu nome muda para Estação Agrônômica quatro anos depois. Essa será a célula mater do atual Instituto Agrônômico de Campinas. Assim o "Gigante que dormia em berço esplêndido" começava a ter sua infra-estrutura para o apoio ao desenvolvimento da ciência e da pesquisa agropecuária no continente americano.

Com a Constituição Política do Estado de São Paulo promulgada em 14 de julho de 1891, ficou estabelecido que o Presidente da República seria auxiliado por Secretários de Estado e o Congresso determinaria seu número e organização. Assim, o Congresso autorizou a criação de diversas Secretarias, entre elas a de Agricultura, Viação e Obras Públicas. Nos primeiros meses de 1892, o Estado de São Paulo organizava e regulamentava suas Secretarias, inclusive a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas.

Segundo Schmidt & Reis (14) a Secretaria compunha-se de duas Seções: "a primeira era relativa à Agricultura, às terras públicas e ao serviço cadastral, aos serviços de colonização e imigração, aos núcleos coloniais, ao aldeamento e adaptação dos Índios, aos engenhos centrais, aos jardins e passeios públicos, à Comissão Geográfica e Geológica, à navegação fluvial e marítima, aos canais e aos correios e telégrafos. A segunda Seção, entre outros assuntos, tratava aqueles referentes à mineração, aos negócios do comércio e da indústria, ao sistema de pesos e medidas e ao serviço astronômico e meteorológico.

A nova Secretaria tinha a si subordinada a Hospedaria dos Imigrantes e a Superintendência de Obras Públicas, criada em 1885. A Estação Agrônômica de Campinas também ficaria subordinada à Secretaria, em sequência".

(13) Ferri, Mário G. & Motoyama, Shozo. História das ciências no Brasil. São Paulo, EPU/EDUSP, 1979. 390p.

(14) Schmidt, Carlos B. & Reis, José. Rasgando horizontes. São Paulo, Secretaria da Agricultura, 1942. 420p.

Decorrido um quinquênio, a Secretaria já tinha sua primeira reorganização. Em 1900, outra reforma quando era dividida uma seção em duas e redistribuída as atribuições. A primeira se incumbia das obras públicas e as vias de comunicação. A segunda, às questões referentes aos transportes, à imigração, à colonização, etc. À terceira seção, competia o estudo de assuntos que interessarem à agricultura em geral, a estimativa de safras e o conhecimento das condições de produção e consumo dos gêneros no Estado, a organização da estatística agrícola, o serviço de consultas, a organização e distribuição de publicações sobre a agricultura em geral, e afinal a distribuição de sementes. Era a seção agrônoma, primeiramente dita. Com esta mesma reforma foi possibilitado nomear as Comissões Municipais de Agricultura, iniciando-se o serviço de estimativa das colheitas e de estatística agrícola. Mediante dados fornecidos pelas referidas comissões foi iniciado o serviço de avaliação das safras de café.

Em junho de 1901 é criada a Escola Prática Luiz de Queiróz (atual Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz, da Universidade de São Paulo), que em fins da década de vinte ficaria subordinada ao Secretário de Agricultura.

Em 1907 presenciou-se nova reorganização visando melhorar a eficiência dos serviços prestados, criando-se 6 diretorias. E uma delas, a Diretoria de Indústria e Comércio, abrangia duas seções: a de Estatística e a de Estudos Econômicos. Em 1926 essa diretoria seria subdividida em Seção de Comércio Interno e Externo e Seção de Indústria e Economia Rural. Dessa forma, a Secretaria de Agricultura, para dar melhor apoio ao desenvolvi-

mento do setor agrícola, foi se moldando assim como a Seção de Economia Rural.

Prado Jr. (15) cita que no início do século XX, a cafeicultura já tinha algumas crises de superprodução e de preços, alguma ocorrência de geadas que iriam, pouco a pouco, fazendo com que o Estado e a Nação fossem criando mecanismos de autocontrole de produção e preços, visando o comércio exterior e disputa com os compradores internacionais. Nasce a Comissão do Café do Estado de São Paulo. Mas após a I Guerra Mundial, a crise se repetirá e, em 1924, tomam-se medidas mais amplas e cria-se o Instituto do Café.

As crises do café e a própria adaptação dos trabalhos e atribuições da Secretaria iriam desempenhar um papel importante, que era o de diversificação de culturas. Dado que as crises econômicas, advindas da escassez ou superprodução com preços baixos e altos, agiam como estimulador a introdução de outras culturas ou controlando o plantio do café e seu mercado. Com a "Crise de 1929", a diversificação atingiu o auge.

Em 1928, Fernando Costa transforma a Diretoria de Indústria e Comércio, que teria as seguintes Seções: Seção de Comércio Interno e Externo; Seção de Economia Rural; Seção de Indústria; e o Museu Agrícola e Industrial.

E, finalmente, essa Diretoria em 1931 (16) muda a Seção de Economia Rural para Seção de Estatística Agrícola e Zootécnica. Após a "crise de 1929", portanto a década de 30, terá o papel fundamental para alterar o curso da nossa Agropecuária, diversificá-la, ao mesmo tempo consolidar o setor agropecuário no Estado, além de dar sequência à fase de industrialização.

(15) Prado Jr., Caio, op. cit. nota 3.

(16) Schmidt, Carlos B. & Reis, José, op. cit. nota 14.

## 5 \* AS REGIÕES AGRÍCOLAS E A DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO

A década de trinta e o desdobramento da história do País e da Agricultura teriam o papel fundamental de influir no futuro da agropecuária paulista e da sua economia como um todo.

Kageyama(17) observa que: "A crise da economia mundial desencadeada ao final da década de 20 configurase, no Brasil, como crise da economia cafeeira e da acumulação de capital a esta vinculada.

Para melhor situar o período estudado, uma sucinta recapitulação das condições mais gerais da economia se faz necessária.

O seu sentido é deixar antecipadamente esclarecidos dois pontos:

\* primeiro, que a chamada "crise de 29" não deve ser entendida unicamente como a "crise da Bolsa de Nova York", nem muito menos como a "crise do café", como às vezes se faz vulgarmente. O ano de 1929 é importante na história econômica por marcar o início da mais séria, profunda e prolongada depressão experimentada pelo capitalismo mundial e, não obstante, os piores momentos da depressão situem-se entre 1932 e 1934, o ano de 1929 ficou marcado pelo inusitado: o desastre de Wall Street, ou o colapso da bolsa de Valores de Nova York.

\*segundo, que, se a década de trinta é marcada por acontecimentos importantes para o sistema capitalista internacional, como a falência do mercado de ações, ou a política monetária, ou as restrições ao comércio internacional, não devemos entender tais fatos como eventos distantes ou isolados. Pelo contrário, a depressão atingiu todo o sistema econômico

mundial e seus reflexos se fizeram sentir, de uma ou outra forma, em cada um dos componentes do sistema. É certo que, no Brasil, os reflexos da crise se manifestaram mais visivelmente no setor cafeeiro, isto é, no setor que mantinha relações mais estreitas com a economia internacional. Justamente por isso, as medidas de política financeira ou comercial dos outros componentes do sistema influenciavam direta ou indiretamente a atividade cafeeira".

Aquele autor faz comentários sobre o "Complexo Econômico Cafeeiro", relatando suas características intrínsecas e seu dinamismo e que "os principais componentes do complexo cafeeiro eram:

- \* a produção de café;
- \* a produção de alimento e matérias-primas, dentro e fora das propriedades cafeeiras;
- \* a incipiente atividade industrial, voltada para equipamentos, beneficiamento e embalagem do café, assim como alguns outros manufaturados (têxteis, por exemplo);
- \* a expansão do sistema ferroviário;
- \* a expansão do sistema bancário;
- \* o comércio de exportação e importação;
- \* as atividades de infraestrutura (de escoamento do café e urbana).

Finalmente, sobre esses componentes atua o Estado, que passará a intervir cada vez mais nos destinos da produção cafeeira. Desde a República, as medidas de política econômica, especialmente as desvalorizações cambiais, haviam estimulado largamente a produção".

Em seguida, aquele autor evidencia que ao deflagrar a crise econômica de 1929, a produção cafeeira

(17) Kageyama, Angela A. Crise e estrutura agrária: a agricultura paulista na década de 30. Piracicaba, ESALQ/USP, 1979. 160p. (Tese - Mestrado)

continua a expandir em resposta aos grandes plantios de 1927/28 e iria atingir o máximo em 1933 (quadro 1).

De acordo com Milliet (18), o Estado de São Paulo expandiu o cultivo de café por região, que se pode dividir em:

- 1) Zona Velha \* região do Vale do Paraíba;
- 2) Zonas Intermediárias \* regiões de Campinas, Piracicaba, Sorocaba (Central), Araraquara, Ribeirão Preto e Barretos (Mogiana e Paulista);
- 3) Zonas Novas \* São José do Rio Preto, Araçatuba, Bauru, Marília, Presidente Prudente e Ourinhos; que correspondem às regiões: Araraquarense, Noroeste, Alta Paulista e Alta Sorocabana.

Esta divisão apresentada mostra tra diferencial no custo de produção

na década, em virtude das condições climáticas e produtividade do solo, conforme a Revista do Instituto do Café, citada por Kageyama op. cit. nota 17. O maior custo apresenta-se na Zona Velha e eles são decrescentes, à medida que o café foi sendo introduzido nas zonas intermediárias e nova. Este é o cenário do café no início da década de trinta e, portanto, daria diferentes rumos ao setor agropecuário em cada região, de acordo com a sua infraestrutura, condições naturais, inclusive situação geográfica e étnica da população.

Kagéyama (19) utilizou essas informações além de outras, dividiu o Estado em cinco zonas e descreve as alterações ocorridas (figura 1).

A zona Velha (Vale do Paraíba), a primeira a ser explorada com o

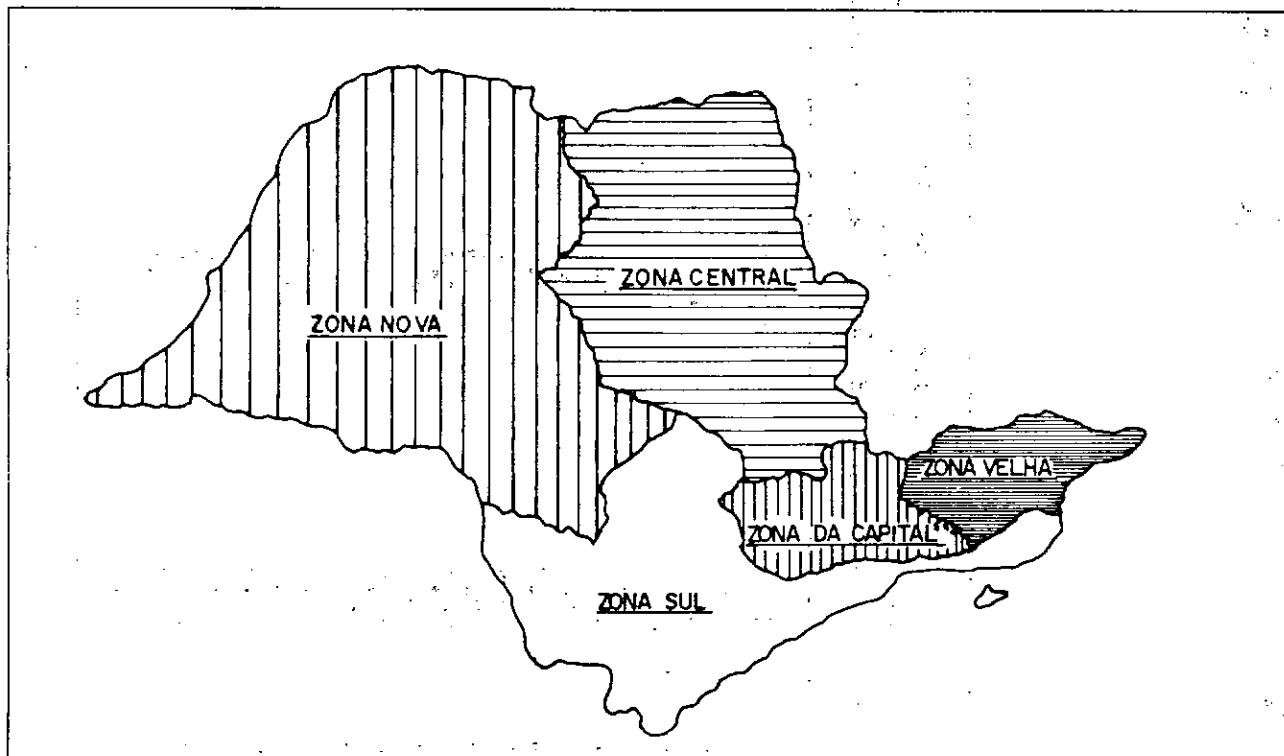


FIGURA 1. \* Divisão do Estado de São Paulo em Zonas, Segundo a Expansão da Cultura do Café.

FONTE: Kageyama, Angela A., op. cit. nota 17.

(18) Milliet, Sergio, Roteiro do café e outros ensaios. São Paulo, Departamento da Cultura, 1939. 188p.  
(19) Kageyama, Angela A., op. cit. nota 17.

QUADRO 1. - Produção de Café no Estado de São Paulo, Entradas em Santos e Preços de Exportação, 1915/16 a 1935/36

Ano	Produção (milhão de sacas)	Entradas do Café Paulista em Santos (milhão de sacas)	Taxa de Câmbio (mil-réis/libra esterlina)	Preço de exportação do Brasil (mil-réis/sc.)
1915/16	11,7	11,0	19,272	36,4
1916/17	9,9	8,9	20,078	45,2
1917/18	12,2	11,3	18,893	41,5
1918/19	7,3	6,3	18,641	47,4
1919/20	4,2	3,2	16,678	94,6
1920/21	10,2	9,3	16,623	74,7
1921/22	8,2	7,0	28,981	82,4
1922/23	7,0	5,7	33,464	118,7
1923/24	10,4	9,0	44,651	146,9
1924/25	9,2	8,0	40,421	205,9
1925/26	10,1	7,8	39,385	215,1
1926/27	9,9	8,9	33,611	170,7
1927/28	18,0	9,1	41,070	170,4
1928/29	8,8	7,5	40,743	204,6
1929/30	19,5	8,8	41,015	191,9
1930/31	12,9	10,9	44,329	119,5
1931/32	18,3	11,7	62,951	131,5
1932/33	15,0	8,3	48,531	152,8
1933/34	...	10,7	53,149	132,8
1934/35	13,7	8,7	73,423	149,5
1935/36	15,8	9,7	85,112	140,7

Fonte: Elaborado por Kageyama, Angela A., op. cit. nota 17, a partir de dados básicos de fontes diversas.



café, apresentou decadência de 1920 a 1935. As zonas intermediárias que englobam a Mogiana, a Paulista e grande parte da zona Central apresentaram expansão no mesmo período, porém com diminuição do ritmo, relativamente aos anos anteriores a 1920. A zona Nova começou a participar da expansão cafeeira após 1920 e a zona Sul praticamente não participou do ciclo do café.

"A zona da Capital caracterizou-se também pela reduzida participação na cafeicultura, embora a aceleração da urbanização aí verificada estivesse em larga medida relacionada com os capitais gerados pela atividade cafeeira e aplicados na industrialização. Dos anos 30 até a 2a. Guerra Mundial, as áreas de concentração industrial localizaram-se ao longo dos eixos da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, da Sorocabana e da Estrada de Ferro Central do Brasil, acelerando a urbanização dessas áreas. Com isso, desenvolveu-se nessa zona a atividade hortigranjeira, que já vinha sendo impulsionada desde o início do século, principalmente pelos imigrantes portugueses, espanhóis e italianos aí radicados".

Kageyama(20) evidencia a expansão da agricultura nessas zonas, baseando-se na área cultivada total de: café, arroz, feijão, milho, batata e algodão em 1920, 1930/31 e 1937/38. Estima-se que a área cultivada com essas culturas aumentou de 1920 para 1931 em 78%. As maiores expansões dessas culturas, por ordem decrescente, ocorreram nas zonas: Nova, Sul e Capital.

A expansão dessas culturas no Estado no período de 1931 a 1938 é de 27,3% e as zonas Sul, Nova e Capital continuaram crescendo mais que

outras zonas. Quando se realiza o mesmo cálculo, baseando-se na área cultivada e na área total por zona, percebe-se que aquelas que tiveram maior ganho de 1920 a 1938 foram, por ordem de grandeza, a Central, a Nova e a Capital. No mesmo período, a área de pastagens também aumentou significativamente e a produção de café diminuiu cerca de 6% e mesmo a proporção de estabelecimentos cafeicultores, que em 1931/32 totalizava cerca de 40%, caiu em 1937/38 para 32% dos estabelecimentos agropecuários. Em contrapartida, outras culturas tiveram sua área cultivada expandida.

Nesse período, o Estado concentrou a expansão da produção em algodão, alimentos (batata, arroz, feijão, milho e açúcar) e pecuária.

O algodão foi o principal produto cultivado, visto que, de uma produção de 27.283 toneladas em 1930/31, atingiu 680.532 toneladas em 1937/38. As zonas que mais se destacaram na produção algodoeira antes da II Guerra Mundial foram: Nova, Central e Sul.

Loureiro(21) analisou o período de grandes mudanças no setor agropecuário e o dividiu em etapas históricas: até 1930 existia uma "penetração capitalista" e a agropecuária passou a ser a partir de então uma atividade que concorreria com outras, inclusive a industrial, então nascente. Com essa penetração, ocorreu a diversificação de produção mercantil de alimentos. Cita Cardoso de Mello(22) que essa fase iniciou-se em 1933 e prosseguiu até 1955, quando existe um processo de industrialização restringida, que depois se expandiria com o desenvolvimento industrial do País.

(20) Kageyama, Angela A., op. cit. nota 17.

(21) Loureiro, Maria R.G. Terra, família e capital. São Paulo, FFLCH/USP. 1984. 220p. (Tese - Doutorado)

(22) Cardoso de Mello, João M. O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1984. 182p.

Já houvera indícios da expansão do cultivo do algodão entre 1861 e 1875 na região de Sorocaba e Itu, dada a Guerra de Secessão. Nessa região, o crescimento não parou tendo em vista as melhores condições climáticas e a construção da estrada de ferro, que de certa forma, influenciou na expansão algodoeira regional. A região do Sorocaba, formada pelos municípios de Itapeatinga, Porto Feliz, Tatuí, Piedade e Campo Largo (atual Araçoiaba da Serra), Sorocaba, Sarapuí, Pilar do Sul, continuou como centro produtor e comercializador de algodão dados os interesses da região e a nascente indústria têxtil de São Paulo, principalmente, nos municípios que integravam a região.

Dessa maneira, com a crise econômica do início da década de 30, o cultivo do algodão herbáceo no Estado de São Paulo serviu de "tábua de salvação". Visto que iniciaram em tempos remotos essa produção e existia, então, pesquisas suficientes sobre variedades e tratamentos culturais, houvera uma verdadeira explosão na produção algodoeira na década de trinta e estímulo à indústria têxtil.

Loureiro(23) analisou na região de Sorocaba a produção algodoeira no primeiro terço do século XX e explicou como essa atividade econômica ultrapassou o "surto da cafeicultura".

Kageyama(24) descreveu a produção algodoeira no Estado de São Paulo na década de trinta, fornecendo dados sobre o número de produtores por região e a quantidade de máquinas de beneficiamento, e concluiu que, além da produção do algodão, começou a se expandir a produção de cana-de-açúcar e de alimentos.

Tartaglia & Oliveira(25) evidenciam a produção do algodão no Estado em períodos distintos. Em 1920, a área cultivada dessa matéria-prima industrial era de apenas 5% num total de 13 culturas e o café detinha 47% da área global.

No período 1936-38, o algodão participou com cerca de 18% e o café regredia para 39% da área cultivada total.

Quando comparam o valor da produção global do Estado para as principais culturas, relatam aqueles autores que, em 1949-51, o café participava da renda da agricultura com 45% aproximadamente e o algodão, 20%. A cana-de-açúcar já atingia 5%, o arroz 9%, o feijão 2%, o milho 9% e a batata 3%. Estas cifras evidenciam que o algodão continuou se expandindo na década de quarenta, simultaneamente à estagnação da cafeicultura, inclusive com outros produtos se firmando na produção agropecuária e, em especial, a atividade hortigranjeira.

## 6 A AGROPECUÁRIA PAULISTA APÓS A II GUERRA MUNDIAL

Com a diversificação na agropecuária no Estado, iniciou-se a consolidação da produção hortigranjeira (fruticultura, olericultura e avicultura) e de matéria-prima para indústria, visto que iniciara, então, intensamente a fase de industrialização do País e, havendo redirecionamento da economia, com aceleração da urbanização(26). Para análise da evolução da produção agropecuária no Estado

(23) Loureiro, Maria R.G., op. cit. nota 21.

(24) Kageyama, Angela A. op. cit. nota 17.

(25) Tartaglia, José C. & Oliveira, Osvaldo L. Agricultura paulista e sua dinâmica regional, 1920-1980. Campinas, UNICAMP, 1987. 84p.

(26) São Paulo, Secretaria da Agricultura. Instituto de Economia Agrícola. Desenvolvimento da agricultura paulista. São Paulo, 1972. 319p.

de São Paulo de 1948 a 1970, os produtos foram reunidos em grupos de acordo com seu grau de tecnificação(27).

A diversificação da produção foi muito intensa no período 1948-70. Como já foi citado, a agropecuária era restrita praticamente a quinze produtos antes de 1950, alguns com pequena expressão econômica. Nesse período em análise expandiu para 21 produtos sem considerar aqueles de baixa participação na renda agrícola paulista. Os 20 principais produtos, exceto café, expandiram em média 44,0%, considerando-se 1948-52 como base e tomando como referência 1961-70. Essa mesma comparação se foi feita para o valor da produção terá um aumento real de 74% na renda da agropecuária. Quanto ao café houve regressão de área cultivada, principalmente na década de 60 e com a crise econômica passou o Paraná a assumir a liderança na produção nacional, em termos de volume de produção. Segundo a mesma fonte, os grupos de produtos que mais expandiram quanto ao valor da produção foram os modernos em 84%, em seguida o grupo de tradicionais. O de produtos em transição teve pequeno declínio na média (12%), na década de 60. Os produtos que mais contribuíram para esse desempenho foram aqueles que tinham como destino a indústria (soja, amendoim, mamona, milho, casulo e mandioca). Apenas esses produtos, comparando a década de 60 com a base 1948-52, expandiram em 177% o valor real da produção.

Na década de 70 houve a consolidação da produção agropecuária dos produtos citados e continuou a diversificação no setor de hortigranjeiros.

Camargo; Caser; Camargo Fo.(28) analisam e comparam o valor da produção dos principais produtos agropecuários e sua participação por grupos em três triênios compreendendo o período de 1971/72 a 1979/80(29). Seus resultados mostram que nos três triênios, o café mantém o mesmo nível de produção, mas em razão dos maiores preços, sua participação passa de 15,6% em 1972-74 para 24,9% em 1978-80. Dentre os produtos exportáveis, a cana-de-açúcar que tinha participação de 10,2% atinge 15,7% da renda global da agropecuária. A laranja passa de 3,4% para 5,6% e a soja de 2,1% para 3,6%, outros produtos do grupo tiveram manutenção de sua importância e sua participação menor que 1,0%. Os produtos básicos e alimentos participaram no primeiro triênio com 14,7% caindo em 1978-80 para 9,9%. Da mesma forma, as matérias-primas de origem vegetal declinaram na participação de 9,5% para 5,4%, com o algodão continuando a ser o principal produto do grupo. Os produtos hortigranjeiros mantiveram sua significativa participação. A avicultura (ovos e frango de corte) manteve-se em torno de 10,0% de participação, enquanto as principais olerícolas e uva participaram em 1972-74 com 6,8% da renda global de agropecuária e em 1978-80 com 6,7%.

A pecuária (corte, leite e

---

(27) Produtos tradicionais: arroz, feijão, leite, bovinos, suínos e mamona. Os produtos modernos exigiam maior nível técnico, com tecnologia já adotada pelos agricultores: algodão, cana-de-açúcar, laranja, soja, casulo (bicho-da-seda), ovos, batata, tomate e aqueles em transição (para a modernização): café, chá, banana, cebola, amendoim, milho e mandioca.

(28) Camargo, Ana M.M.P. de; Caser, Denise V.; Camargo Fo., Waldemar P. de. A agropecuária no Estado de São Paulo: evolução da participação de produtos sobre o valor da produção. São Paulo, Secretaria de agricultura e Abastecimento, IEA, 1981. 36p. (mimeo)

(29) Os grupos são os seguintes: 1) Café; 2) Exportáveis: cana-de-açúcar, soja, laranja, banana, tangerina, limão, casulo e chá; 3) Matérias-primas vegetais: algodão, amendoim e mamona; 4) Matérias-primas animais: pecuária de corte e leite e suinocultura; 5) Avicultura: aves de corte e ovos; 6) Produtos da horticultura: batata, cebola, tomate e uva; e 7) Alimentos básicos: arroz, feijão, mandioca e milho.

suinocultura) que detinha 26,1% do valor da produção no primeiro triênio em análise passa ao final para 22,7% sendo a pecuária de corte a principal atividade. Quando se comparou os valores trienais para cada grupo, nota-se que os valores não diferem estatisticamente à exceção dos produtos exportáveis em que há diferença significativa ao nível de 5% no teste de Duncan. Portanto, inclusive do ponto de vista estatístico percebe-se que na década de 70 os produtos exportáveis tiveram forte estímulo à produção.

Comparando-se os grupos globalmente no período 1972-80, a participação médio-percentual por grupo de produtos em ordem decrescente foi: matéria-prima animal, 23,3%; exportáveis, 22,6%; café, 17,7%; alimentos básicos, 12,5%; avicultura, 10,0%; matéria-prima vegetal, 7,2% e horticultura, 6,5%.

Ao terminar a década, no triênio 1978-80, a média de participação para cada produto foi: café 19,0%, cana-de-açúcar 15,7%, pecuária de corte 14,0%, laranja 5,6%, leite 7,0% e ovos 5,5%.

A produção agropecuária no Estado de São Paulo além de sua diversificação e expansão de 1930 a 1980 foi reflexo de uma seleção natural que regionalizou a produção em locais que apresentam condições mais propícias ao cultivo, seja solo, clima, mercado consumidor ou até mesmo colônia de imigrantes que influíram na produção e/ou consumo, no setor agropecuário e na zona urbana, respectivamente.

Além deste trabalho, Camargo(30) analisa a produção agropecuária

na década de 70 no Estado de São Paulo, por Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) e mede as taxas de crescimento de grupos de produtos exportáveis e consumo interno. Procura relacionar as taxas de crescimento, através de metodologia própria, a efeitos escala e substituição que ocorrem na agropecuária e assim mede áreas incorporadas ou substituídas para cada cultura e conclui analisando as alterações ocorridas na agropecuária regionalmente, evidenciando a tendência da diversificação regional.

Igreja et alii (31, 32) analisam a estrutura de cultivo no Estado de São Paulo no período 1970-85 e conclui que dentre as explorações agropecuárias aquelas de mercado interno, pastagens naturais e mesmo as exportáveis tradicionais, cederam área para aquelas culturas exportáveis dinâmicas (cana-de-açúcar, soja e laranja) para as pastagens artificiais.

#### 7 \* ORDENAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS EM 1984/85

A produção agropecuária no Estado de São Paulo é a mais diversificada, comparativamente a outras unidades da Federação, sendo que apenas alguns poucos produtos têm predominância na formação da renda global do setor. O desempenho da agricultura paulista em 1985 (ano agrícola 1984/85), para 27 explorações publicadas em "Prognóstico 85/86"(33), mostra que os sete produtos de maior impor-

(30) Camargo, Ana M.M.P. de. Substituição regional entre as principais atividades agrícolas no Estado de São Paulo. Piracicaba, ESALQ/USP, 1983. 236p. (Tese - Mestrado)

(31) Igreja, Abel C.M.; PACKER, Maria de F.; ROCHA, Marina B. Análise quantitativa dos padrões de redistribuição regional na agricultura paulista, 1969-85. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1988. 24p. (Relatório de Pesquisa, 11/88)

(32) Igreja, Abel C.M. et alii. Análise estatística dos agrupamentos de culturas e de seus impactos sobre a estrutura de cultivo no Estado de São Paulo, 1970-85. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1988. 44p. (Relatório de Pesquisa, 13/88)

(33) Prognóstico 85/86. São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, 1985. v.12.

tância por ordem decrescente de valor são: café, cana-de-açúcar, laranja, carne bovina, leite, milho e aves de corte. Quanto à área cultivada, as quatro culturas de maior importância são as primeiras citadas acima, perfazendo um total de 4,5 milhões de hectares naquele ano. Essas culturas predominam quanto ao valor e a área cultivada. As dez culturas seguintes, por ordem decrescente de valor global, ocupam anualmente apenas 2,1 milhões de hectares. Como parâmetro, observa-se que nesse mesmo ano o Estado contava com pouco mais de um milhão de hectares de área reflorestada e 10,4 milhões de hectares com pastagens para a bovinocultura e equídeos (34). Por ordem decrescente de valor na participação da renda da agricultura tem-se: algodão, ovos, cebola, feijão, soja, batata, trigo, arroz, carne suína, amendoim, tomate, uva e banana, compondo os vinte principais produtos. Outras atividades são significativas se analisadas em grupo: como por exemplo, outros produtos da citricultura, além da laranja e limão, tangerina e pomelos, outros produtos da fruticultura (abacate, abacaxi, manga, figo, etc.) e também os outros 30 olerícolas além dos já mencionados (ver lista de produtos cultivados por grupos no Anexo 1). Embora a atividade floricultura, cultivos de plantas ornamentais e destinadas ao paisagismo, seja significativa, não foi calculado o valor da produção e sua participação na renda global da Agricultura.

A título de ilustração foram calculados a produção e o valor em 1984/85 das 89 principais atividades agropecuárias (quadro 2).

A participação de cada DIRA

(35) na formação da renda da agropecuária é apresentada no quadro 2. Por ordem decrescente de valor tem-se em primeiro plano a DIRA de Ribeirão Preto, segundo a de Campinas, São José do Rio Preto, Sorocaba e Marília, estas cinco DIRAs detêm 76% do valor global da agropecuária considerando-se 89 atividades.

Na produção de café tem destaque as DIRAs de São José do Rio Preto, Campinas. Estas duas predominam no cultivo da cana-de-açúcar. As DIRAs de Ribeirão Preto, Marília e Sorocaba detêm grande produção de grãos. Enquanto que os produtos animais (Avicultura) são bastante desenvolvidos e com rendas significativas nas DIRAs de Campinas, Araçatuba e Ribeirão Preto (quadro 3). A participação do algodão e mandioca para indústria representa pouco na renda global do Estado (3%), no entanto, são importantes nas DIRAs de Presidente Prudente, Campinas e Ribeirão Preto, porque elas detêm a maior parte da produção de todo o Estado. A produção de citros, principalmente a laranja, está concentrada nas regiões de Ribeirão Preto, Campinas e São José do Rio Preto. A produção de frutas de climas temperado e tropical está concentrada nas regiões de Campinas e Sorocaba.

Os principais produtos olerícolas como batata, cebola e tomate são produzidos em Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto. As hortaliças (legumes e verduras) têm menor importância na formação da renda e são produzidos em regiões propícias ao seu cultivo, quanto às condições edafoclimáticas e influência do mercado consumidor da Grande São Paulo. Observa-se que, as maiores DIRAs produtoras são contíguas

(34) São Paulo, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, IEA, Relatório do Grupo Regional de Sorocaba, São Paulo, 1986, 14p. (mimeo)

(35) A Secretaria da Agricultura divide o Estado em dez Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) para efeito de administração e assistência técnica e extensão rural no Estado, que é exercida pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). As DIRAs por sua vez, são subdivididas em Delegacias Agrícolas visando do melhor atendimento e organização de suas atividades (figura 2).

QUADRO 2. Quantidade Produzida e Valor da Produção Agropecuária no Estado de São Paulo, Principais Produtos, Ano Agrícola 1984/85

(continua)

No. de ordem	Produto	Valor da produção (Cz\$ milhão)	Produção		Área, plantel ou número de pés	
			Quantidade	Unidade	Quantidade	Unidade
01	Café	7.385,82	8.206.476	sc. 60 kg	836.750	mil pés
02	Cana-de-açúcar	7.037,45	121.335.430	t	1.951.650	hectare
03	Laranja	4.014,30	219.360.793	cx. 40,8 kg	129.020	mil pés
04	Carne bovina	2.560,18	28.446.501	15 kg	1.978.281	cabeça
05	Leite (produção)	1.677,34	1.711.576	mil l/ano	3.158.643	cabeça
06	Milho	1.395,39	49.482.108	sc. 60 kg	1.155.800	hectare
07	Aves para corte	1.107,66	325.783.449	kg	227.932.035	cabeça
08	Algodão	977,80	40.405.148	15 kg	382.000	hectare
09	Ovos	941,81	554.016	mil dz.	31.779.443	cabeça
10	Cebola	865,92	223.082	t	14.280	hectare
11	Feijão	785,68	6.025.185	sc. 60 kg	484.819	hectare
12	Soja	772,14	15.986.417	sc. 60 kg	495.500	hectare
13	Batata	699,87	8.972.696	sc. 60 kg	27.423	hectare
14	Trigo	483,96	4.321.127	sc. 60 kg	156.400	hectare
15	Arroz	478,41	8.291.451	sc. 60 kg	309.400	hectare
16	Carne suína	418,96	5.512.646	15 kg	1.079.966	cabeça
17	Amendoim	321,55	11.484.237	sc. 25 kg	155.360	hectare
18	Tomate p/mesa	230,70	13.570.800	cx. 25 kg	7.670	hectare
19	Uva comum	192,72	7.708.800	cx. 8 kg	32.660	mil pés
20	Uva fina	168,49	3.369.889	cx. 8 kg	1.340	mil pés
21	Banana	167,46	47.846.111	cachos	67.330	mil t
22	Tomate p/indústria	157,50	350.018	t	10.350	hectare
23	Limão	153,83	8.594.276	cx. 40,8 kg	4.850	mil pés
24	Poncan	137,04	9.136.489	cx. 40,8 kg	3.750	mil pés
25	Abacate	120,08	4.002.655	cx. 28 kg	1.140	mil pés
26	Tangerina	89,85	6.030.521	cx. 40,8 kg	2.720	mil pés
27	Mandioca p/indústria	83,39	531.204	t	43.550	hectare
28	Morango	78,46	6.035.500	cx. 4 kg	670	hectare
29	Pêssego p/mesa	70,06	5.389.449	cx. 5 kg	425	mil pés
30	Manga	67,53	2.251.170	cx. 22 kg	835	mil pés
31	Pimentão	66,12	2.066.475	cx. 15 kg	1.408	hectare
32	Cenoura	65,31	3.841.772	cx. 28 kg	3.494	hectare
33	Abacaxi	64,54	32.270.200	frutos	63.840	mil pés
34	Melancia	60,15	80.215	t	2.570	hectare
35	Mamão	54,62	1.655.320	cx. 25 kg	2.640	mil pés
36	Figo p/mesa	50,25	8.375.600	eng. 3,5 kg	1.620(1)	mil pés
37	Murcote	44,52	2.226.211	cx. 40,8 kg	1.038.929	pé
38	Gofaba p/indústria	42,22	42.227.400	kg	610	mil pés
39	Mandioca p/mesa	43,55	4.355.380	cx. 25 kg	10.450	hectare

(1) Está incluído os pés de figo de indústria e mesa.

Somatório: dos 5 primeiros produtos Cz\$ 22.675,09 = 65% do total.  
 dos 20 primeiros produtos Cz\$ 32.516,16 = 93% do total.  
 dos 39 primeiros produtos Cz\$ 34.132,66 = 98% do total.  
 dos 89 produtos Cz\$ 34.879 = 100%.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 2. Quantidade Produzida e Valor da Produção Agropecuária no Estado de São Paulo, Principais Produtos, Ano Agrícola 1984/85

(conclusão)

No. de orden.	Produto	Valor da produção (Cz\$ milhão)	Produção		Área, plantel ou número de pés	
			Quantidade	Unidade	Quantidade	Unidade
40	Casulo do bicho da seda	40,79	6.181.091	kg anual	49.820(1)	hectare
41	Batata-doce	39,33	983.370	cx. 24 kg	1.721	hectare
42	Caqui	38,38	2.558.945	cx. 50 kg	670	mil pés
43	Milho-verde	35,85	1.991.965	sc. 10/dz.	8.121	hectare
44	Beterraba	35,62	890.604	cx. 24 kg	1.023	hectare
45	Chá	35,53	49.350	t	5.200	hectare
46	Vagem	35,17	879.270	cx. 25 kg	1.160	hectare
47	Repolho	34,48	3.448.780	sc. 35 kg	3.795	hectare
48	Abóbora	30,61	30.617.190	kg	3.458	hectare
49	Chuchu	29,32	1.221.720	cx. 25 kg	634	hectare
50	Uva p/indústria	25,11	12.556.600	kg	4.350	mil pés
51	Maçã	24,65	821.795	cx. 32 kg	2.311.843	pé
52	Mamona	23,25	528.460	sc. 60 kg	26.040	hectare
53	Pepino	22,59	753.250	cx. 25 kg	543	hectare
54	Goiaba p/ mesa	22,26	1.590.335	cx. 5 kg	160	mil pés
55	Abobrinha	21,41	1.070.690	cx. 20 kg	1.508	hectare
56	Alho	21,30	2.130	t	440	hectare
57	Mandioquinha	19,28	428.590	cx. 28 kg	1.209	hectare
58	Alface	18,10	1.392.582	eng. 9 dz.	1.832	hectare
59	Cogumelo	17,24	1.724.000	kg	32	hectare
60	Mexerica	17,16	1.226.119	cx. 40,8 kg	760	mil pés
61	Couve-flor	16,32	544.162	eng. 30 cab.	1.076	hectare
62	Ameixa	15,21	1.014.604	cx. 5 kg	165.888	pé
63	Cacau	13,29	2.658.980	kg	2.225.280	pé
64	Berinjela	11,07	922.632	cx. 15 kg	699	hectare
65	Melão	9,64	3.216	t	490	hectare
66	Pêra	9,50	380.113	cx. 25 kg	341.430	pé
67	Nêspera	9,13	609.240	cx. 5 kg	105.330	pé
68	Couve	8,08	1.188.530	dz. maço 6 kg	176	hectare
69	Sorgo (grão)	8,02	8.023	t	37.400	hectare
70	Quiabo	7,89	315.750	cx. 20 kg	814	hectare
71	Latex (seringueira)	7,08	1.417.102	kg	5.968.379	pé
72	Escarola	6,72	224.000	eng. 10 dz.	344	hectare
73	Pêssego p/ indústria	6,41	3.209.000	kg	60	mil pés
74	Pomelo	6,20	442.988	cx. 40,8 kg	141.737	pé
75	Mel e cera	4,11	1.372(2)	produtores	67.933(2)	colmeia
76	Maracujá	4,10	410.075	cx. 15 kg	720	hectare
77	Figo p/ indústria	3,85	3.854.000	kg	1.620(3)	mil pés
78	Gengibre	2,30	2.303.000	kg	125	hectare
79	Ervilha verde	1,91	959.660	kg	702	hectare
80	Chicória	1,88	62.725	eng. 8 dz.	83	hectare
81	Inhame	1,46	73.280	cx. 22 kg	103	hectare
82	Ervilha seca	1,38	863	t	622	hectare
83	Nectarina	1,38	462.850	kg	13.693	pé
84	Ervilha vagem	0,61	30.710	cx. 13 kg	111	hectare
85	Morango	0,53	537.000	kg	56	hectare
86	Girassol	0,50	505	t	417	hectare
87	Cará	0,47	23.770	cx. 24 kg	30	hectare
88	Noz	0,42	71.150	kg	47.250	pé
89	Mamão Havai	0,03	3.100	cx. 6 kg	3.200	pé
Total do Estado		34.879				

(1) Área plantada com amora.

(2) Sendo a produção de mel 24 kg/col./ano e a produção de cera de 2,5 kg/col./ano.

(3) Está incluído os pés de figo de indústria e mesa.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 3.- Distribuição Percentual do Valor da Produção da Agropecuária, por Grupo de Produtores(1) e por Divisão Regional Agrícola (DIRA), Estado de São Paulo, 1984/85

(em %)

Item e DIRA	Grãos	Cana	Café	Algodão e mandioca	Animais	Citros	Frutas	Olerif- colas	Horta- liças	Frutas olerif- colas	Outros	Subtotal %
Participação da DIRA no grupo												
Litoral Paulista	0,8	•	•	1,0	0,5	0,2	14,7	0,8	13,1	0,8	88,0	1,1
Vale do Paraíba	2,5	0,1	0,1	0,4	7,0	0,9	7,2	5,4	21,0	1,4	0,4	2,7
Sorocaba	18,4	4,5	2,7	4,2	7,9	3,3	23,2	46,5	34,8	28,5	0,5	10,0
Campinas	8,1	22,4	16,9	19,6	18,2	27,0	31,7	25,2	19,0	24,9	0,2	19,5
Ribeirão Preto	24,9	34,6	18,7	18,6	14,1	40,6	8,7	11,1	2,8	0,1	5,3	23,5
Bauru	2,8	13,8	10,0	1,5	5,4	1,2	5,3	0,7	1,8	5,7	0,2	6,8
S.J.Rio Preto	8,9	7,7	22,5	14,8	12,3	25,0	2,8	2,1	3,2	1,9	4,5	13,7
Araçatuba	6,5	5,6	4,5	12,1	15,5	0,6	5,3	5,1	1,2	5,0	0,1	6,8
Pres.Prudente	6,1	3,1	11,9	19,7	9,4	0,2	0,6	2,0	1,3	22,3	0,5	6,6
Marília	21,0	8,2	12,7	9,0	9,7	1,0	0,5	1,1	1,8	9,4	0,3	9,3
Estado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Participação do grupo no valor total												Valor em milhões (Cz\$)
Litoral Paulista	0,1	•	•	•	0,1	•	0,6	•	0,2	•	•	386
Vale do Paraíba	0,3	•	•	•	1,4	0,1	0,2	0,3	0,4	•	•	944
Sorocaba	2,2	0,9	0,6	0,1	1,5	0,4	0,8	2,8	0,6	0,1	•	3.472
Campinas	1,0	4,5	3,6	0,6	3,5	3,5	1,0	1,4	0,3	0,1	•	6.816
Ribeirão Preto	3,0	7,0	4,0	0,6	2,8	5,2	0,3	0,6	•	•	•	8.184
Bauru	0,3	3,0	2,1	•	1,0	0,2	0,2	•	•	•	•	2.361
S.J.Rio Preto	1,1	1,4	4,8	0,5	2,4	3,2	0,1	0,1	0,1	•	•	4.781
Araçatuba	0,8	1,1	0,9	0,4	3,0	0,1	0,2	0,3	•	•	•	2.375
Pres.Prudente	0,8	0,6	2,5	0,6	1,8	•	•	0,1	•	0,1	0,1	2.299
Marília	2,6	1,6	2,7	0,3	1,9	0,1	•	0,1	•	•	•	3.255
Estado	12,2	20,1	21,2	3,1	19,4	12,8	3,4	5,7	1,6	0,3	0,2	
Valor total (Cz\$)	4.268	7.037	7.385	1.061	6.750	4.462	1.157	1.975	572	150	56	34.873(2)

(1) A composição dos grupos de produtos consta do Anexo 1.

(2) O valor global da produção do Ano Agrícola 1984/85 calculado e convertido para cruzados em junho de 1986 foi de Cz\$34,873 para 89 produtos da Agricultura.

Fonte: São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. IEA, op. cit. nota 34.



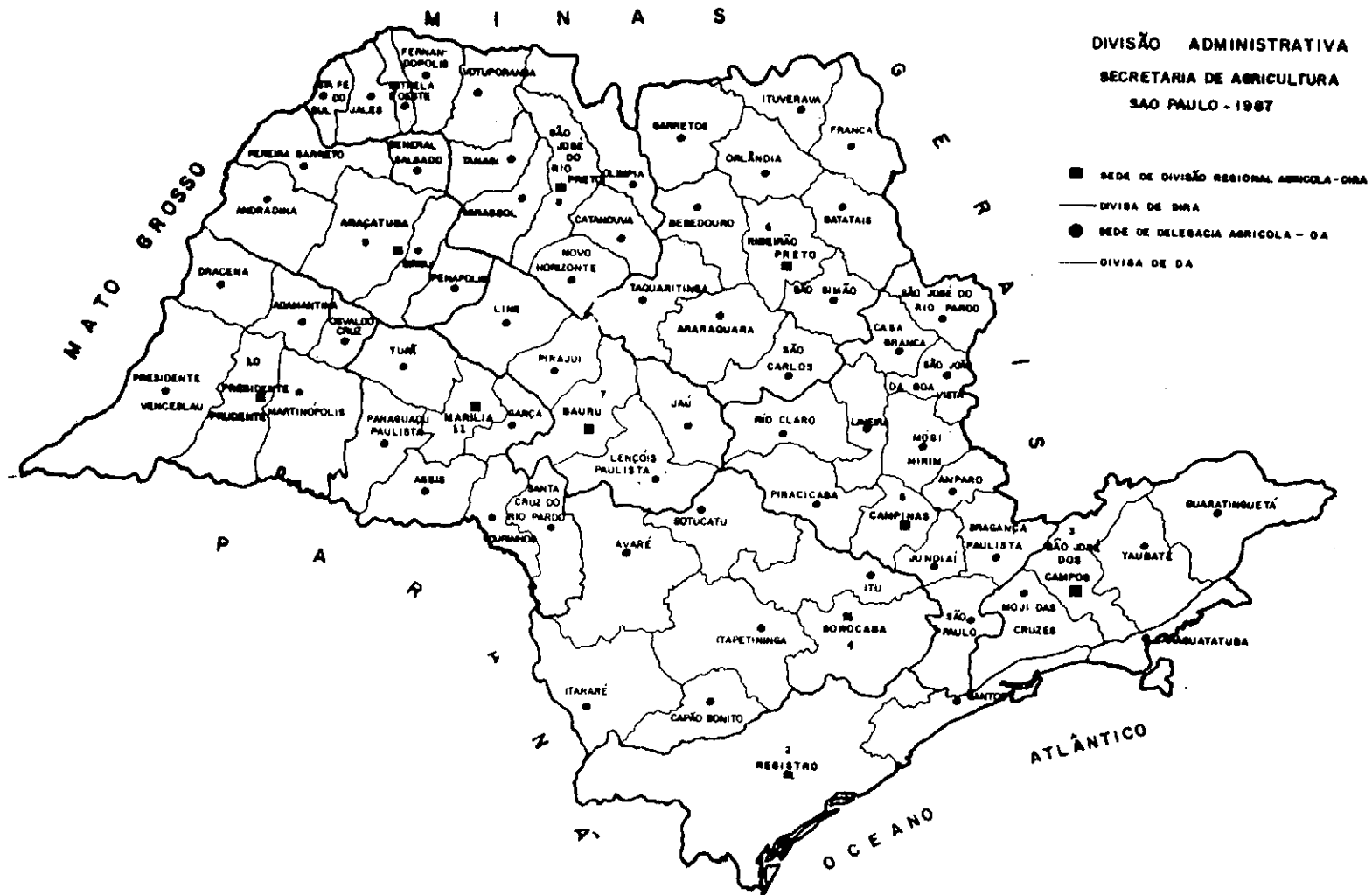


FIGURA 2. - Distribuição das DIRAs e Delegacias Agrícolas no Estado de São Paulo, 1986.

Fonte: São Paulo, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1981. Base Cartográfica IBGE.

ã Grande São Paulo: Sorocaba, Vale do Paraíba, Campinas e Litoral Paulista. As três frutas olerícolas são produzidas com predominância em quatro DIRAs; morango em Sorocaba e Campinas e melancia e morango em Presidente Prudente e Marília.

No grupo outros produtos estão: chá, cacau, seringueira. O chá é o principal produto e produzido totalmente no litoral sul do Estado (atual DIRA de Registro). Esta região é também a maior produtora de banana do Estado.

# DIVERSIFICAÇÃO NA AGROPECUÁRIA PAULISTA

## Anexo 1

EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS COMPONENTES DOS GRUPOS DE PRODUTO PARA O CÁLCULO DO VALOR DA PRODUÇÃO DA AGROPECUÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1984/85

<p>I * Café</p>	<p>Vc* Outras olerícolas* legumes e verduras (27 produtos)</p>
<p>II * Cana*de*açúcar</p>	<p>Pimentão(1) Cogumelo(1) Cenoura(1) Couve*flor(1) Mandioca (mesa)(1) Couve (1) Batata*doce(1) Berinjela Milho*verde(1) Quiabo(1) Beterraba Escarola Vagem(1) Ervilha verde Repolho(1) Chicória Abóbora(1) Inhame Chuchu(1) Ervilha seca Pepino(1) Ervilha vagem Abobrinha(1) Moranga Mandioquinha(1) Carã Alface(1)</p>
<p>III * Citros (7 produtos) Laranja(1) Mexerica Poncan(1) Murcote Limão(1) Pomelo Tangerina(1)</p>	<p>VI* Animais (7 produtos) Bovinos (abate)(1) Ovos(1) Leite (produção)(1) Bicho da Seca Suínos (abate) Apicultura Aves (abate)(1)</p>
<p>IVa * Frutas Tropicais (9 produtos) Banana(1) Abacate(1) Manga(1) Abacaxi(1) Mamão Mamão Havaí Goiaba (indústria) Goiaba (mesa) Maracujã</p>	<p>VII* Algodão(1) e Mandioca Ind.(2 produtos)</p>
<p>IVb * Frutas de Clima Temperado (13 produtos)  Uva comum(1) Ameixa Uva fina(1) Pêra Pêssego (mesa)(1) Nêspera Figo (mesa)(1) Pêssego (Ind.)  Caqui Figo (Ind.) Uva (indústria) Nectarina Maçã</p>	<p>VIII* Grãos (9 produtos) Amendoim (safras águas e seca)(1) Arroz (sequeiro e irrigado)(1) Feijão (safras águas, seca e inverno) Girassol (safra águas e seca)((1) Mamona Milho(1) Soja(1) Sorgo (grão) Trigo(1)</p>
<p>Va * Grandes Olerícolas (5 produtos) Batata (safras águas, seca e inverno)(1) Cebola (muda e soqueira)(1) Tomate (envarado)(1) Tomate (rasteiro)(1) Alho</p>	<p>IX * Outros (3 produtos) Chá Cacau Seringueira</p>
<p>Vb * Frutas Olerícolas (3 produtos) Morango(1) Melancia(1) Melão</p>	<p>X * Floricultura e Paisagismo  Não estimado.</p>

(1) Produto de participação relevante no grupo.